



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

www.faep.com.br



www.senarpr.org.br



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

...CORREIOS...

Boletim Informativo

Tiragem desta edição: 23.000 exemplares

Nº 1028 - ANO XXIII

Curitiba, semana de 27 de outubro a 2 de novembro de 2008

Sistema FAEP consegue suspensão do recadastramento da Copel

O governador Roberto Requião atendeu ao pedido do presidente da FAEP, Ágide Meneguette, e dos Sindicatos Rurais do estado e anunciou na quarta-feira (22) a suspensão do recadastramento de propriedades rurais que vinha sendo feito pela Copel e pela Secretaria da Fazenda. O governador determinou a suspensão até que sejam feitos novos estudos sobre o assunto.

O presidente da FAEP havia criticado o procedimento da Copel que enviou, logo após as eleições, uma carta a 146 mil produtores rurais do estado, exigindo o recadastramento para que as futuras de energia elétrica das propriedades rurais continuassem isentas de tributação. A decisão causou tumultos em vários municípios com a formação de filas nas agências da estatal (na foto, fila de produtores em Castro). Pág. 2



Produção recorde é imprudente, diz ministro Reinhold Stephanes

Em palestra realizada na segunda-feira (20) no lançamento da Expedição Safra 2008/09 da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que a provável redução na demanda mundial mudou planejamento da agricultura, que até há pouco previa forte aumento na safra para combater inflação dos alimentos. Pág. 4

Começa em 1º de novembro vacinação contra febre aftosa

(P. 10)



Exportações paranaenses do agronegócio crescem 44%

Entre janeiro e setembro deste ano, as exportações do agronegócio paranaense somaram US\$ 8,3 bilhões. (Pág. 9)



Sistema FAEP consegue suspensão do recadastramento da Copel

Ágide Meneguette

O governador Roberto Requião atendeu ao pedido do presidente da FAEP, Ágide Meneguette, e dos Sindicatos Rurais do estado e anunciou na quarta-feira (22) a suspensão do recadastramento de propriedades rurais que vinha sendo feito pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) e pela Secretaria da Fazenda. O governador determinou a suspensão até que sejam feitos novos estudos sobre o assunto.

O presidente da FAEP havia criticado o procedimento da Copel que enviou, logo após as eleições, uma carta a 146 mil produtores rurais do estado, exigindo o recadastramento para que as faturas de energia elétrica das propriedades rurais continuassem isentas de tributação. O descontentamento de Meneguette foi encaminhado na sexta-feira (17), em for-

ma de correspondência, ao governador.

O presidente da FAEP ainda lembrou que no dia 9 de outubro já havia enviado ao governador do estado, à Secretaria da Agricultura e à Copel, um ofício em que a Federação solicitava que o prazo estabelecido pela Companhia fosse aumentado para evitar tumulto e descon-

forto provocados pelo recadastramento no interior do Paraná. Em diversos municípios, segundo Meneguette, as filas nas agências da Copel dobravam esquinas, causando transtornos para os produtores e trabalhadores rurais, que tiveram de parar com a colheita para atender a decisão da empresa.

“Ponderamos à Secretaria da Fazenda e à Copel que existem alternativas menos traumáticas para obter as informações. Basta cruzar os dados do CAD/PRO que a Secretaria possui com as informações dos consumidores rurais da Companhia”, ressaltou.

Segundo Meneguette, a Copel tinha dado um prazo de apenas 17 dias, ou seja, até 27 de outubro, para que os produtores apresentassem documentos como CPF, carteira de identidade, Cadastro do Produtor Rural (CAD/Pro) da Secretaria da

Continua



Produtores fazem fila para fazer recadastramento em Castro

Fazenda e outros nos escritórios da Companhia ou na Emater.

Na carta enviada aos produtores rurais, a Copel exigia que, se os documentos não fossem apresentados à Companhia, a unidade consumidora será reclassificada e passará a pagar energia até 70% mais elevada.

Ao criticar o procedimento da Companhia, o presidente da FAEP ressaltou que a exigência era feita no pior momento do ano. "Justamente no momento em que os produtores estão tentando negociar suas dívidas e obter financiamento. Além disso, eles estão iniciando o plantio



Propriedades rurais tinham prazo curto para recadastramento

Deputados estaduais se manifestam a favor da FAEP

O deputado Elio Rusch (DEM), líder da Oposição na Assembleia, também apresentou requerimento pedindo à Copel que suspendesse o recadastramento.

Rusch pediu uma reavaliação do processo e mudanças no critério de triagem das propriedades de lazer. "Se há alguma dúvida quando à atividade agrícola, é preciso encontrar outro caminho para apurar, que não seja oneroso ao trabalhador rural.

Os agricultores cadastrados na Copel são também registrados na Prefeitura e na Secretaria da Agricultura. Podem cruzar os dados", disse o deputado, sugerindo ainda que em caso de desconfiança, sem generalizar, "o próprio funcionário da Copel, quando faz a leitura do relógio na propriedade, poderia informar à Copel".

Para a deputada Cida Borghetti (PP), que também enviou ofício ao governador e à Secretaria da Fazenda, as duas entidades podem utilizar suas estruturas para o recadastramento dos produtores rurais, sem causar prejuízos aos agricultores e trabalhadores rurais. Ela disse que o pleito da FAEP é justo e está em consonância com as reivindicações da classe produtora do Paraná.

e os bancos estão em greve. Em nenhum momento, a direção da Copel procurou as entidades de classe para dialogar sobre a conveniência e a estratégia do recadastramento", lembrou.

Diante do impasse, a FAEP entrou em contato com as secretarias da Agricultura e da Fazenda, além da Copel, mas não obteve nenhuma solução. Segundo Meneguette, a Companhia esquivou-se, dizendo que a pressão é da Secretaria da Fazenda. "Esta, por sua vez, alega que o problema é da própria Copel", afirmou.

De acordo com Meneguette, um das alegações da Copel foi que existem consumidores na área rural que não têm direito às isenções tributárias na fatura de energia, como as chácaras de lazer. "Não creio que para flagrar um punhado de espertinhos, que estão sendo beneficiados com isenções tributárias, seja necessário mobilizar 350 mil proprietários rurais, mais os trabalhadores rurais e aposentados", criticou. Para ele, basta que a Copel utilize a sua estrutura no interior do Paraná, que faz a leitura do consumo de energia para emissão das faturas, para investigar essa parcela insignificante de propriedades que estão sendo irregularmente beneficiadas.

"Para acabar de vez com essa trapalhada da Copel, reivindicamos que seja imediatamente suspenso o recadastramento e seja providenciada uma nova estratégia simplificada que não envolva essa mobilização desnecessária e absurda dos produtores rurais", defendeu Meneguette.

Ministro da Agricultura diz que produção recorde seria imprudente

Reinhold Stephanes: “A tendência de a crise mundial atingir as commodities nos próximos seis meses interrompe a corrida pelo aumento contínuo na produção de grãos no Brasil”

Fotos: Jonathan Campos / Gazeta do Povo

Em palestra realizada na segunda-feira (20) no lançamento da Expedição Safra 2008/09 da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que a provável redução na demanda mundial mudou planejamento da agricultura, que até há pouco

previa forte aumento na safra para combater inflação dos alimentos. A Expedição Safra 2008/09 tem o apoio da FAEP, Ocepar, Banco do Brasil New Holland e Monsanto.

Tal planejamento, disse ele, tinha como objetivo aproveitar o



aumento da demanda mundial por alimentos e o uso de milho e soja na produção de energia. Agora, lembrou o ministro, com esse quadro alterado pela crise financeira, é provável que o ritmo de crescimento da demanda e das econo-

mias mundiais caia. Nesse contexto, o melhor para o Brasil é manter a produção de grãos, apontou. “Não é aconselhável que se tenha recorde de produção neste momento.” Leia a seguir a reportagem da Gazeta do Povo sobre o evento:

Publicado em 21/10/2008 José Rocher

“A tendência de a crise mundial atingir as commodities nos próximos seis meses interrompe a corrida pelo aumento contínuo na produção de grãos no Brasil. Na safra de verão, cujo plantio ganha força nesta semana no Paraná, não é aconselhável bater recordes. A avaliação partiu do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, no lançamento da Expedição Safra 2008/09 da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), em Curitiba.

Num pronunciamento sobre a crise mundial e o mercado agrícola, Stephanes lembrou que, há seis meses, o Brasil se preparava para elevar a produção de grãos em 50% na próxima década. Tal planejamento tinha como objetivo aproveitar o aumento da demanda mundial por alimentos e o uso de milho e soja na produção de energia. Agora, com

esse quadro alterado pela crise financeira, é provável que o ritmo de crescimento da demanda e das economias mundiais caia. Nesse contexto, o melhor para o Brasil é manter a produção de grãos, apontou o ministro. “Não é aconselhável que se tenha recorde de produção neste momento.”

Brasil estuda retomar reserva de potássio

O plano de metas para a auto-suficiência em fertilizantes em dez anos, a ser divulgado no início de 2009, prevê a retomada de reservas de potássio no estado do Amazonas, adiantou ontem o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O direito de exploração de uma jazida localizada em Nova Olinda do Norte, entre os rios Madeira e Amazonas, foi cedido pela Petrobras a uma empresa canadense, a Falcon. Stephanes disse que, desde que deci-

diu se debruçar sobre o problema da dependência do país em fertilizantes, o governo vem descobrindo muitos erros. A concessão de Nova Olinda seria um dos mais evidentes. O potássio é o ingrediente de fertilizantes que o Brasil tem mais dificuldade para produzir. “Funcionários da Petrobras aposentados vendem informações das jazidas para investidores estrangeiros”, acusou Stephanes. (JR)

Para Stephanes, só no início de 2009 será possível avaliar as consequências da crise financeira para o setor rural. O primeiro levantamento oficial sobre o plantio brasileiro de verão indica que a área de plantio deve se manter em 48,6 milhões de hectares em 2008/09, mas a produtividade pode cair, com menor investimento em insumos e novas tecnologias. No entanto, mesmo

Continua ➡➡

com clima normal, a colheita pode ser 1,2% menor que a da safra 2007/08, que chegou a 143,9 milhões de toneladas, informa a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Apesar do quadro menos empolgante que o da safra passada, o Brasil continua sendo o país com maior capacidade de aumentar a produção de alimentos, avaliou o ministro. Ele lembrou que a área agrícola pode ser triplicada, com o uso de 50 milhões de hectares de

pastagens e outros 50 milhões de hectares ociosos.

Stephanes prometeu que o governo federal vai acionar os mecanismos disponíveis para garantir renda mínima ao produtor na época da colheita, referindo-se a leilões e demais programas que influenciam oferta, demanda e escoamento.

Comitê da crise

O ministro da Agricultura contou que há dois meses o gover-

no federal realiza semanalmente reuniões para discutir a crise financeira e definir sua linha de ação. Segundo ele, é a primeira vez que a pasta que comanda integra uma cúpula do gênero. Participam do comitê outros três ministérios da área econômica: Fazenda, Indústria e Comércio e Planejamento. Uma das principais preocupações é manter o ritmo das exportações e o saldo positivo da balança comercial, relatou Stephanes."



Ministro fala a jornalistas e técnicos do setor agropecuário no lançamento do Caminhos do Campo

Meio Ambiente

Lula assinou textos sobre punição a agricultores sem ler o conteúdo, diz Reinhold Stephanes

O ministro Reinhold Stephanes disse que o colega Carlos Minc (Meio Ambiente) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinaram - sem ler - um decreto sobre penas a produtores rurais que desrespeitarem leis de proteção ambiental. O decreto 6.514, publicado em julho, prevê penas como suspensão das atividades e embargos de propriedades e rebanhos, caso o produtor não conserve ou restaure áreas de reserva legal. Para Stephanes, o decreto "criminalizou os agricultores brasileiros". A informação é do jornal Folha de S. Paulo de 21 de outubro de 2008. A seguir o texto da reportagem do jornal:

"O problema é que ninguém leu. Eu disse isso ao ministro Minc quando ele mandou o decreto ao presidente: 'Você não leu o decreto,

o presidente não leu o decreto. Ninguém leu o decreto'", declarou Stephanes.

Ele deu a declaração ao criticar o decreto e o Código Florestal. "As multas são desproporcionais", afirmou. "[Se] aplicar essa legislação da forma que foi colocada, eu posso garantir a vocês, áreas inteiras deixarão de produzir", disse. Ele disse que é preciso "ter coragem para alterar o Código Florestal."

De acordo com Stephanes, dos 4,3 milhões de pequenas e médias propriedades agrícolas do país, cerca de 3 milhões estão irregulares se consideradas todas as leis ambientais. As declarações são semelhantes à posição da SRB (Sociedade Rural Brasileira) e da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Para Stephanes, o decreto

impõe "medidas genéricas" a regiões diferentes, como encostas e topos de morros em Minas Gerais e no Sul. Caso houvesse leis que seguissem o perfil de cada região, o ministro disse que problemas como a derrubada da floresta amazônica poderiam acabar.

Pessoas "urbanas", que ajudaram a fazer as leis, "nunca plantaram um pé de feijão", disse o ministro, que defendeu ainda que ONGs não deveriam participar de discussões sobre proteção dos recursos naturais porque são, segundo ele, financiadas por poluidores - "inclusive pelos grandes poluidores do mundo, pelas grandes empresas petrolíferas".

Ele também criticou o Banco do Brasil ao pedir "mais velocidade" na liberação de recursos para a safra 2008/2009 diante da crise financeira global. ■

Exportações paranaenses do agronegócio crescem 44%

Entre janeiro e setembro deste ano, as exportações do agronegócio paranaense somaram US\$ 8,3 bilhões. É o que mostram os dados da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária – (Mapa)

Soja – O complexo soja é o segmento com maior participação nas exportações do agronegócio. Contribuiu com 46% do total exportado. De janeiro a setembro, a receita gerada pelo segmento foi de US\$ 3,86 bilhões, um aumento de 87% sobre mesmo período do ano passado, quando a receita foi de US\$ 2,06 bilhões. As divisas obtidas com a comercialização externa de soja em grão foram de US\$ 1,86 bilhão. O preço médio de exportação foi de US\$ 498,95/tonelada. O volume exportado no mesmo período foi de 4,16 milhões de toneladas. E as exportações de farelo e óleos somaram US\$ 2,01 bilhões.



Carnes - Ocupa a segunda posição nas exportações do agronegócio, participando com 20%. No acumulado janeiro/setembro, as divisas geradas foram de US\$ 1,68 bilhão, um crescimento de 55% sobre mesmo período do ano passado, quando

as divisas foram de US\$ 1,09 bilhão. As exportações de carne de frango totalizaram US\$ 1,39 bilhão. Contribuiu com 82% das exportações do complexo carnes. Em segundo lugar figuram as exportações de carne de peru que totalizaram US\$ 160 mi-

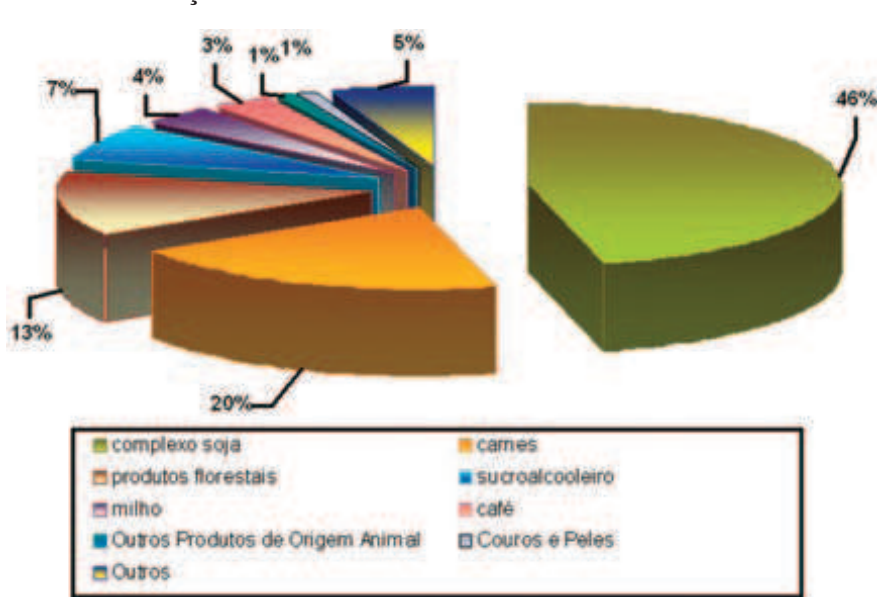
lhões. Quanto às exportações de carne bovina no período totalizaram US\$ 68 milhões. Já as exportações de carnes suínas somaram US\$ 57 milhões.

Produtos Florestais - O complexo produtos florestais detém o terceiro lugar em ordem de importância nas exportações do agronegócio. As receitas geradas foram de US\$ 1,10 bilhão.

Sucroalcooleiro - Quarto agregado em ordem de importância, o complexo sucroalcooleiro exportou entre janeiro e setembro deste ano US\$ 575 milhões. O crescimento foi de 33% sobre mesmo período do ano passado, que foi de US\$ 432 milhões.

As exportações de açúcar totalizaram US\$ 366 milhões. E as exportações de álcool somaram US\$ 209 milhões.

EXPORTAÇÃO - PRINCIPAIS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS



Gilda Bozza
Economista - DTE / FAEP

Caldo azedo

Xico Graziano

Finalmente se impõe a primavera. Na estação das flores, dias ensolarados, mais longos e quentes, prenunciam chuvas abundantes. Pelo interior do País, os agricultores zunem seus tratores. Chegou a hora de semear a safra.

Vai bem a agropecuária brasileira. Recordes de produção se anunciam desde quando, na década anterior, se estabilizou a economia. Antes do Plano Real, com inflação galopante, mais valia a pena cultivar o dinheiro na ciranda financeira que arriscar no plantio. Depois, felizmente, o ganho fácil da especulação cedeu lugar ao trabalho duro da roça. Capitalismo de produção no campo.

Nesse processo, fundamental foi a chegada da taxa fixa de juros no crédito rural. Acabava assim, em 1999, a "sopa de letrinhas", conforme a denominou Ronaldo Caiado, esconjurando aqueles infernais índices (ORTN, TJLP, TR, IGPM, etc.) que pretendiam corrigir a inflação passada, atualizando os financiamentos rurais. O produtor rural financiava um trator e, em três anos, devia quatro. Depois, com o Moderfrota, programa de investimentos em máquinas e implementos agrícolas, tudo mudou. Para melhor.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que a próxima safra de grãos, cujo plantio agora se inicia, alcance 144,5 milhões de toneladas. Tal volume supera em 86% o patamar médio de produção agrícola verificado entre 1995 e 1999. Isso mostra que, ao virar o milênio, passado o tranco causado pela estabilização da moeda, a agricultura manteve elevada taxa de crescimento, bem acima da economia em geral.

O maior volume de produção agrícola serviu para abastecer o mercado interno e, ao mesmo tempo, ganhar o mundo. Entre 1995 e 1999, o valor médio das exportações anuais estava em US\$ 21,7 bilhões. No ano passado, a balança comercial do agronegócio apontava uma receita externa de US\$ 58,4 bilhões, um acréscimo de 170% no período. Incrível.

Supimpa ocorreu com o superávit comercial do agronegócio. O saldo das exportações, menos as importações,

passou de US\$ 6,8 bilhões, média de 1995 a 1999, para US\$ 49,7 bilhões em 2007, um fantástico acréscimo de 635%. O suor do agricultor paga as contas externas do País. Poucos sabem disso.

Todas as faixas de produtores - grandes, médios e pequenos - participam desses excelentes resultados da economia rural. Duas razões explicam tal desempenho: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o revigoramento do sistema cooperativista.

Criado em 1996, no governo de Fernando Henrique, o Pronaf tem sido aperfeiçoado, assegurando que uma fatia crescente do crédito rural passe a ter destino carimbado aos pequenos agricultores. Nesta safra que se inicia, o crédito da chamada agricultura familiar monta a R\$ 13 bilhões, a serem distribuídos a 2,2 milhões de unidades rurais. Antes, somente os grandes fazendeiros abocanhavam o tutu oficial.

Quanto ao cooperativismo, sua profissionalização implantou eficazes modelos de gestão solidária. Algumas unidades, geridas com compadres, soçobraram no difícil caminho da concorrência. A maioria, entretanto, especialmente no Sul e no Sudeste, mais Goiás, fortaleceu-se no mercado da agropecuária. Pertencem ao mundo do cooperativismo 870 mil pequenos e médios agricultores.

A recente inquietação do mercado financeiro mundial lança incertezas sobre toda a economia, freando os investimentos. Na agricultura, obviamente, sentem-se as turbulências internacionais, afetando o fundão do País. Estaria ameaçado o ciclo virtuoso da expansão agropecuária no Brasil?

Não parece. Várias dúvidas, claro, povoam a cabeça dos empresários rurais. Três delas se apresentam mais angustiantes. A primeira recai sobre a oferta de crédito no mercado dominado pelas tradings; afinal, as empresas multinacionais ofertam boa parte do financiamento das lavouras, principalmente em Mato Grosso. Esse mecanismo assegura

adiantamentos em espécie ao produtor rural, amarrados ao recebimento na colheita. Vêm desse esquema os contratos apelidados de "soja verde".

Segundo, ninguém sabe ao certo o que vai acontecer com a demanda internacional de alimentos, especialmente com as volumosas compras advindas da China e demais países asiáticos. A alta no preço internacional das commodities já havia balançado o mercado mundial de proteína animal e vegetal. Agora, a dúvida aumentou.

Terceiro, os produtores quebram a cabeça para descobrir como estará sua planilha de custos e receitas ao final da safra, na época da colheita. Os fertilizantes subiram assustadoramente, os preços começaram a desabar lá fora. Será que a desvalorização do real vai compensar a perda no lucro das exportações?

Aqui, na rentabilidade, mora o grave problema da agropecuária, podendo azedar o caldo da produção. O prejuízo vai perseguir especialmente quem estiver enroscado no endividamento. Esse terrível fantasma teima em não abandonar a roça, acariciado pelos malandros de sempre, que recebem empréstimos e jamais quitam seus débitos, maculando o setor perante a opinião pública. Logo começa a perigosa conversa da quebradeira no campo. Cuidado.

Os receios advindos da crise financeira não paralisam, felizmente, o setor agrícola. O aperto do crédito, porém, exige rapidez na atuação do governo federal, porque as cartas no campo estão dadas. Ou melhor, as chuvas e o calor chegaram, portanto, hora de plantar.

Ao contrário do industrial ou do comerciante, que na cidade podem esperar para saber como ficam as coisas, inexistente alternativa para o produtor no campo. Ou ele planta agora, e arrisca, ou perde a época de semeadura, trazendo prejuízo na certa.

Ah, se os economistas urbanóides entendessem isso um dia...

Xico Graziano,
agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Texto disponível no site www.xicograziano.com.br

Produtores interessados em manter a “casa em ordem”

O diretor-secretário da FAEP, Livaldo Gemin, enumerou as conquistas dos produtores do Paraná

Cerca de 400 produtores rurais se reuniram em São João, Sudoeste do Paraná, para buscar esclarecimentos sobre como as mudanças na legislação ambiental afetam a vida do agricultor. O encontro foi promovido pelos sindicatos rurais de São João, Chopinzinho e São Jorge D'Oeste, em parceria com Coasul, Sicredi e Núcleo dos Sindicatos Rurais do Sudoeste (Assinepar). Foi sexta-feira, 17/10, no

Centro Comunitário Monsenhor Raymundo Lulus Francener.

“Casa em Ordem com ênfase em meio ambiente”. Este tema foi abordado por Silvio Krinski, engenheiro agrônomo e assessor técnico em meio ambiente da FAEP. Krinski disse que a FAEP continua mobilizada para exigir mudanças no De-

creto 6514/08, que impõe multas ir-reais para os produtores e cerceia a produção rural. No entanto, enquanto não houver alterações na lei, a orientação é para que o produtor regu-larize sua propriedade.

Entre as mudanças sugeridas pela FAEP, Silvio Krinski ressaltou os valores das multas, que variam de

R\$ 500,00 a R\$ 100.000,00 e que em muitos casos ultrapassam o valor da terra. Também enfatizou a necessidade de unificar a lei ambiental – hoje uma verdadeira “colcha de retalhos”. Reivindica-se ainda que seja estendido para dois anos o prazo de 180 dias, dado pelo decreto, para averbar a Reserva Legal, além de prever o pagamento ao agricultor pelos serviços ambientais.

O diretor-secretário da FAEP, Livaldo Gemin, também presente em São João, enumerou as conquistas dos produtores do Paraná e seus projetos, hoje copiados por outros estados. “Não queremos ficar fora da lei, mas não adianta a mata ciliar se o rio que passa na propriedade é poluído pela cidade e não reconhecem o que fazemos”, ponderou. ■

A reunião contou com a participação de 400 produtores rurais



Complacência com Rainha

Se há um líder sem-terra que tem escapado sistematicamente das malhas da Justiça, apesar dos vários processos criminais em que se envolveu por reiteradas agressões à lei, este é José Rainha Júnior, que agora atua como "dissidente" do Movimento dos Sem-Terra (MST). Parece inacreditável que essa pessoa, com imagem tão marcante de fora-da-lei, ainda consiga liderar grandes hordas de invasores de fazendas, como as de cerca de 800 militantes - recrutados em assentamentos e acampamentos da região - que nesse fim de semana invadiram oito fazendas em vários municípios do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista.

Por meio de "nota oficial", Rainha informou que essa invasão em massa tem o objetivo de "despertar o governo de José Serra do seu marasmo" e retomar os assentamentos na região, já que, no seu entender, as fazendas invadidas são "improdutivas ou devolutas". No ano passado, nessa mesma época, Rainha e seus militantes realizaram idêntica invasão em massa no Pontal, região do Estado de São Paulo que concentra a maioria dos conflitos fundiários. Ao dizer que "nada foi feito para os trabalhadores e o governo tucano insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas", Rainha se refere ao projeto do governo Serra que prevê a regularização das áreas com mais de 500 hectares no Pontal. A proposta foi enviada à Assembléia Legislativa em junho de 2007 e ainda não foi votada.

Independentemente do mérito desse projeto, é claro que uma das principais reivindicações de Rainha e seu bando é que o governador José Serra retire seu projeto de lei da Assembléia Legislativa - pois o que menos lhes interessa é algum avanço no caminho da regularização fundiária. A regularização certamente diminuiria a intensidade de conflitos na região - esvaziando o conteúdo "político" do movimento (MST) cujo comando há tempos disputa, sem o conseguir.

Como não poderia deixar de ser, já que não podem ficar de braços cruzados enquanto invadem suas propriedades, os dirigentes da União Democrática Ruralista (UDR) anunciaram que a entidade apoiará os fazendeiros do Pontal do Paranapanema na contração de empresas de segurança, para evitar novas invasões.

Mas, além das invasões, os produtores rurais têm outro motivo de revolta. Não se conformam com o fato de a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo ter agendado - para esta semana - uma reunião com os líderes dos sem-terra. "Nossos associados não aceitam que o governo receba esses fora-da-lei." A Secretaria de Justiça informa que a reunião foi agendada antes das invasões (não esclarecendo se foram desmarcadas em razão destas), a pedido do bispo da região, e que os ruralistas também são recebidos quando pedem audiência. Mas conve-

nhamos: não se pode considerar que existe equilíbrio isonômico quando a autoridade do Estado trata da mesma forma produtores regulares, fazendeiros que respeitam a lei, e bandos fora-da-lei, que não integram uma associação legalmente constituída e costumemente praticam o esbulho possessório, acrescido de diversas outras formas de violência - tais como cárcere privado imposto a empregados de fazendas, matança de animais, depredação de sedes e coisas do tipo.

"Tivemos mais de 100 invasões nos últimos anos e nenhum proprietário foi indenizado" - desabafou o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan. E, para que se interrompa a prática de "os sem-terra invadirem e o governo ir negociar a terra com o dono", o mínimo que o governo deveria fazer - como reivindica, com justiça, a entidade - era não assentar em terras que foram objeto de invasão. Era isso, aliás, o que determinava provisão legal baixada no governo Fernando Henrique.

Não se pede que o governo deixe de ouvir reivindicações de movimentos sociais, mas sim que não trate em pé de igualdade quem está e quem não está dentro da lei. A bem da verdade, José Rainha Júnior tornou-se um dos símbolos da impunidade reinante no País, tamanha é a complacência que tem desfrutado dos Poderes Públicos na evolução de sua carreira.

(Editorial publicado no jornal O Estado de S. Paulo de 21 de outubro de 2008)

Febre aftosa

Começa em 1.º de novembro a segunda etapa de vacinação

A campanha estadual de vacinação contra febre aftosa vai até o dia 20, e nesse período deve ser vacinado todo o rebanho de bovinos e bubalinos (búfalos) do Estado, estimado em 9,5 milhões de cabeças. Para cada animal não vacinado, o produtor poderá ser multado em R\$ 81,43, além de ter que vacinar posteriormente.

O lançamento oficial da campanha será no dia 31 de outubro (sexta-feira) no município de Santo Antonio da Platina, Norte Pioneiro.

O chefe da Divisão de Defesa Sanitária Animal (DAS), médico veterinário Marco Antonio Teixeira Pinto, explica que nessa campanha o corpo técnico da Secretaria conta com a revitalização dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs) para que a iniciativa privada também possa auxiliar o poder público nessa missão. "Recentemen-



te foi feito um trabalho de reorganização desses conselhos para que seus membros possam participar efetivamente das campanhas de combate à febre aftosa".

O produtor precisa comprovar a vacinação dos animais junto às Unidades Veterinárias existentes em todo o Estado após a aplicação da vacina. ■

PECUÁRIA

Após 2005, quando ocorreram os focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, na área compreendida entre a fronteira do Paraguai e a divisa do Paraná, com reflexos em sete propriedades no nosso Estado, não foi registrado qualquer incidente sanitário digno de registro.

No restante do Brasil não tivemos ocorrências graves a não ser casos como, por exemplo, neste corrente ano, de Mormo em equídeos na área urbana de São Paulo, Peste Suína Clássica em Barra do Corda no Maranhão (fora da área declarada zona nacionalmente como livre), Mionecrose Infecciosa em camarão branco, nunca registrada antes no Brasil, em estação de reprodução de crustáceos em Cangaretama, no Estado do Rio Grande do Norte, Estomatite Vesicular em bovinos no Estado de Tocantins.

Paz sanitária

Os exemplos acima mostram que deve haver uma vigilância sanitária intensa para evitar a reintrodução de doenças erradicadas ou a introdução das exóticas. Todas elas rondam o Paraná e o Brasil. O vírus da Febre Aftosa está na Bolívia, na Venezuela e no Equador. A Influenza Aviária Altamente Patogênica está presente na Nigéria e no Togo na África Ocidental mais ou menos a altura do Nordeste Brasileiro do outro lado do Oceano Atlântico.

Estas doenças aguardam um momento de fraqueza e baixa da guarda para nos invadir.

Estas doenças podem ser evitadas e até debeladas desde que a estrutura de defesa sanitária esteja aparelhada e treinada. Para obter bons resultados, o ideal é efetuar simulações envolvendo o setor público e o privado, à semelhança

das manobras militares.

Dentro de poucos dias entraremos num período de grande movimentação humana e de veículos que começa com as festas de fim de ano e se prolonga até o carnaval. Com ela, a Febre Aftosa aproveita a carona e ressurgue no gado não protegido pela vacina.

A próxima etapa de vacinação (1º a 20 de novembro) deverá ser mais intensa e completa para atingir os 100% de cobertura. Neste ponto é decisivo o papel dos Conselhos Municipais de Sanidade (CSA) ao coordenar juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura, Unidades Veterinárias e a iniciativa privada todo o trabalho de imunização para garantir esta paz sanitária.

Não podemos esquecer: O vírus não tira férias e não pula o Carnaval!

Alexandre A Jacewicz - Médico Veterinário Assessor de Pecuária

Ministério investe em pesquisa para defesa agropecuária até 2010

As ações serão nas áreas de saúde animal e vegetal

Investir em pesquisa e desenvolvimento para ampliar e melhorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e de insumos agropecuários. Esse é o objetivo do programa Defesa Agropecuária: Mais Ciência, Mais Tecnologia, lançado, nesta quinta-feira (23), pelos ministros da



nal. Hoje, os mercados interno e externo são extremamente exigentes em relação à certificação dos produtos de origem animal e vegetal, da sanidade dos vegetais e da saúde dos animais, bem como do controle de insumos agropecuários”, explica o secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz.

Comércio Exterior - A participação da agropecuária na economia nacional reforça a importância da parceria Mapa/MCT. Cerca de um terço do Produto Interno Bruto

Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende.

A iniciativa inédita terá como parceiros a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Durante três anos, serão trans-

feridos R\$ 120 milhões, da SDA para o CNPq, para projetos que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. A parceria visa incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agro-negócio, assim como aproximar as universidades dos reais desafios do crescimento sustentável da agricultura e pecuária.

“A intenção é agregar competência à defesa agropecuária nacio-

(PIB) brasileiro vem do setor e o País é o segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas.

O Brasil ocupa, também, o primeiro lugar no ranking das vendas externas de carne bovina e de frango, suco de laranja, açúcar, complexo soja (óleo, farelo e grão) e café. Os produtos nacionais estão em mais de 180 países, o que rendeu US\$ 58,5 bilhões em 2007. A previsão para 2008 é que as exportações alcancem US\$ 74 bilhões. ■

Evento sobre carnes nobres em Apucarana

Entre os dias 15 e 19 de outubro, ocorreu em Apucarana o evento Carnes Nobres. Iniciativa do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Emater, em parceria com a FAEP, o SENAR-PR, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seab), a Prefeitura de Apucarana, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sindicato Rural de Apucarana e a Sociedade Rural de Apucarana.



Durante o evento, que ocorreu nas dependências da Sociedade Rural de Apucarana, houve palestras

sobre ovinocultura, caprinocultura, bovinocultura e suínocultura. Além disso, foram ministrados dois cursos

do SENAR-PR, um de Corte de Carne Ovina e outro de Corte de Carne Bovina.

Congresso debate problema que afetam segmento do trigo



Entre os dias 19 e 21 de outubro, foi realizado o XV Congresso Internacional do Trigo realizado pela Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) em Curitiba. No evento, a FAEP foi representada pelo presidente da Comissão Técnica de Grãos da Fe-

deração, Ivo Carlos Arnt Filho, e pelo economista da FAEP, Jefrey Kleine Albers. O Congresso contou com representantes do governo, da indústria, da produção e agentes financeiros. Eles discutiram os problemas mundiais e regionais que afetam a cadeia produtiva do tri-

go. Entre os participantes, houve o consenso sobre a necessidade de elaborar políticas públicas e privadas para eliminar os principais gargalos existentes, como crédito para a produção e industrialização, política de cabotagem, infra-estrutura de armazenagem e logística. As questões debatidas servirão de base para a elaboração de um protocolo de demandas conjunturais e estruturais, que será encaminhado, pela Abitrigo, ao Ministério da Agricultura.

Durante o evento, foram anunciadas a criação do Fórum de Competitividade da Cadeia do Trigo e a inclusão da cultura no Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP), ambos situados na esfera do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O objetivo é a integração dos diversos elos da cadeia produtiva na busca de um melhor posicionamento do Brasil no mercado mundial. ■

Primeira turma conclui curso prático de rádio

Selecionar assuntos, entrevistar, falar, gravar e editar. Com bastante atividade prática, um grupo de funcionários e líderes de sindicatos rurais do Paraná concluiu o novo curso prático de rádio promovido pela FAEP, dias 20 e 21 de outubro, em Curitiba.

Um estúdio foi montado no hotel Nikko e os participantes, divididos em cinco grupos, gravaram programas experimentais. Com direito a vinheta de abertura, trilha sonora e edição de entrevistas.

O curso foi ministrado pelo jornalista José Wille, da CBN Curitiba. Ele destacou que o importante é desmistificar o rádio: depois de pra-



ticar duas, três, quatro vezes – a timidez começa a perder espaço e as pessoas perdem o receio diante do microfone. Wille também destacou os erros mais comuns no rádio, e disse que não se deve impostar a voz, tentar ser alguém diferente. “Quanto mais natural, melhor”, aconselhou.

A idéia da FAEP, através do curso, é estimular os sindicatos a explorar as possibilidades de comunicação deste veículo que está muito próximo do dia-a-dia dos produtores rurais. Uma nova turma está agendada para o início de novembro e outros grupos poderão ser formados, à medida que os sindicatos requisitarem participação.

Sindicato de Jaguariaíva tem nova diretoria

No dia 12 de outubro, tomou posse a nova diretoria do Sindicato Rural de Jaguariaíva. Carlos João Thon assumiu a presidência da entidade e Otélio Renato Baroni a vice-presidência.

Os dois também assumiram, respectivamente, os cargos de delegado representante e suplente do delegado representante.

O primeiro e o segundo secretário são, respectivamente, José Luiz da Fonseca Pereira e Iberê

Carneiro Nunes. Na tesouraria, Olando Martins é o primeiro tesoureiro e Wilson Frizzanco é o segundo. Marconi Ferreira de Barros e Altivir Miranda assumem a suplência da diretoria.

O Conselho Fiscal da entidade é formado por Eron Carlos Michalowski, Arioswaldo Ziemer da Cruz e Gerônimo Porfírio de Matos. Como suplentes do conselho fiscal, assumiram Emidio Martins da Costa Passos, Elio Michalowski e Beate Von Staa. ■

Apoio à liberação de recursos do BNDES

O senador Osmar Dias comunicou à FAEP que recebeu um ofício do BNDES em que é destacado o apoio do senador à reivindicação da Federação para que seja examinada a possibilidade de viabilizar, em caráter de urgência, a liberação dos recursos dos Programas de Investimentos do BNDES para a Safra 2008/09. ■

Curso do SENAR-PR resgata organização e auto-estima

Estevão aprendeu a manter cada ferramenta em seu lugar

Barracão pintado, organização e limpeza por todos os lados. Esta é a visão de quem chega à propriedade rural da família Pandini, no município de Maripá, no oeste do estado.

No local, são cultivados grãos e criados suínos. Atividades comuns na região. Porém, o que diferencia a propriedade de outras é a ordem dos equipamentos e dos materiais usados no dia-a-dia. Ainda mais quando comparado à realidade de anos atrás. Toda essa mudança começou a ocorrer há oito anos, quando o produtor Estevão Pandini fez um curso sobre os cinco S. “Mas, com o tempo, acabei relaxando e caindo na rotina. A organização acabou”, lembrou.

A volta por cima aconteceu neste ano. Em agosto, Estevão e o funcionário Ademir Seibert fizeram o curso “De Olho na Qualidade Rural”, promovido pelo SENAR-PR. Com isso, as mudanças vieram para ficar e a Granja Pandini virou referência em organização e limpeza.



O curso facilitou o trabalho deles, já que passaram a manter as coisas no lugar. Com isso, não precisam mais perder tempo, procurando o que precisam. Estevão faz questão de confirmar que obtiveram vários conhecimentos com o curso, relacionados à pulverização, regulação da plantadeira, sobre alimentos, plantio direto e administração. “Daqui para frente, vamos procurar

manter a limpeza e a ordem”, disse. Ele lembra que, antes, havia um acúmulo de material descartado. “Os instrumentos de trabalho ficavam misturados aos defensivos agrícolas. Hoje, eles estão isolados, separados”, ressaltou.

Já Ademir ressaltou que o “De Olho” ampliou a mente deles. Segundo o funcionário, o aprendizado foi repassado aos demais. “Faltava o empurrão para fazer, o incentivo. O curso nos ensinou a encontrar as coisas com facilidade. Com isso, ganhamos tempo. Além disso, melhoraram a limpeza, a higiene e o ambiente. Até a auto-estima da gente melhorou”, disse.

Para a instrutora que presta serviços ao SENAR-PR, Claudete Figueiredo, o programa mexe com o comportamento e com os vícios das pessoas. Segundo ela, a propriedade é valorizada e o produtor passa a conhecer melhor o imóvel que tem. “Há uma mudança comportamental. E mudar o comportamento de um adulto não é fácil. O adulto só muda se quiser. Mas com o curso, muitas vezes, o produtor começa a sonhar de novo”, destacou. ■



Com a ordem, Ademir encontra o que precisa com mais facilidade.

Sucesso – Em Maripá, o sucesso do “De Olho na Qualidade Rural” é garantido com a parceria entre o SENAR-PR e a prefeitura local. Segundo o prefeito Henrique Deckmann, o curso possibilitou a melhoria das propriedades, bem como, do turismo rural no município. “O ‘De Olho’ vem sociabilizar a qualidade de vida para nosso pequeno, médio e grande produtor. E o SENAR-PR é um instrumento para que a qualidade de vida seja para todos”, concluiu. ■

Ubiratã oferece curso para combate a formigas-cortadeiras

O Sindicato Rural de Ubiratã, em parceria com o SENAR-PR, promoveu de 14 a 15 de setembro o curso de Aplicação de Agrotóxicos – Formigas-Cortadeiras. Em cada um dos dias, um grupo de 12 pessoas fez o curso na parte da manhã com aula teórica nas dependências do sindicato. Em seguida, aula prática em propriedades rurais na parte da tarde.

No dia 14, 10 dos participantes, que eram esposas de associados do sindicato, da Coopermulher. O grupo fez visita técnica à área de recreação da Associação dos Advogados do município. No segundo dia, o outro grupo teve o conteúdo prático na propriedade Amazonas, de uma das participantes do primeiro dia.

O interesse pelo curso surgiu

principalmente do grupo de mulheres da cooperativa, que tem problemas com formigas em suas propriedades. O curso foi ministrado pelo instrutor que presta serviços ao SENAR-PR, Paulo Roberto Marchesan,

de Umuarama. Ele afirmou que o objetivo do curso era a aprendizagem do combate correto e eficiente às formigas-cortadeiras e as técnicas de uso dos produtos orgânicos utilizados no controle das formigas". ■



Jogos auxiliam os jovens a fixar informações



Um jogo de dominó diferente foi o recurso utilizado pela instrutora Andréia Aparecida Barcarol, que

presta serviços ao SENAR-PR, para auxiliar os participantes do Programa JAA na memorização dos símbolos

que indicam as funções do trator. "A tabela é extensa e seria muito difícil de memorizar sem uma ajuda. O jogo estimula a participação e eles aprendem com facilidade e muito mais rápido", disse. A foto mostra a turma do JAA de Nova Tebas testando seus conhecimentos durante encontro do módulo específico de mecanização, no dia 21 de outubro. No próximo fim de semana, os jovens farão parte de uma gincana com outras turmas do JAA e o "Dominó do Trator" será um dos desafios. ■

Universitários fazem curso em Campo Mourão



O Sindicato Rural de Campo Mourão, em parceria com o SENAR-PR, realizou nos dias 21 e 22 de setembro o curso de Mercado Futuro para 14 participantes. 13 deles são estudantes do curso de Agronomia da Faculdade Integrada de Campo Mourão e filhos de produtores rurais. Ministrado pelo

instrutor que presta serviços ao SENAR-PR, Anselmo Vinicius Selhorst, o curso aconteceu no auditório da Associação Comercial e Industrial do município e já mobilizou outras duas turmas anteriormente.

Anselmo explica que o curso ajuda a ampliar os horizontes

dos participantes, a respeito da comercialização. "Sem o curso, quando estão no campo, só têm um horizonte, que é o da venda. Com o curso, passam a trabalhar com três horizontes: a venda, a comparação com o preço no papel hoje e a projeção de preço para o futuro", declarou. ■

Jandaia do Sul promove curso de Mercado Futuro



Nos dias 06 e 07 de outubro, o Sindicato Rural de Jandaia do Sul, em parceria com o SENAR-PR, promoveu o curso de Mercado Futuro, a pedido de participantes do Programa Empreendedor Rural (PER).

A maior parte do grupo do PER aderiu ao curso, que teve 10 participantes e foi ministrado pela instrutora que presta serviços ao SENAR-PR, Gisele Bianchini. ■

Da tributação das áreas de reserva legal e preservação permanente

Para o Superior Tribunal de Justiça, o eventual atraso ou ausência de apresentação do Ato Declaratório Ambiental não pode dar ensejo à glosa das áreas de reserva legal e preservação permanente, desde que devidamente averbadas perante o Registro de Imóveis as áreas respectivas. Trata-se de tema recorrente, a desconsideração das áreas de utilização limitada pela autoridade administrativa em face da apresentação intempestiva ou omissão do protocolo do ADA perante o IBAMA.

Em acórdão da lavra da Ministra Denise Arruda, aquela Corte Superior assim concluiu, baseando-se em diversos precedentes: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ITR. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DESNECESSIDADE DE ATO DECLARATÓRIO DO IBAMA. 1. A orientação das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte firmou-se no sentido de que "o Imposto Territorial Rural - ITR é tributo sujeito a lança-

mento por homologação que, nos termos da Lei 9.393/96, permite da exclusão da sua base de cálculo a área de preservação permanente, sem necessidade de Ato Declaratório Ambiental do IBAMA". (REsp 812.104).

O entendimento do Tribunal é esclarecido no voto lavrado pelo Ministro Castro Meira, no Recurso Especial nº 665.123/PR: "Portanto Administração Tributária não pode instituir obrigações acessórias sem que haja pertinência objetiva entre ela e a obrigação tributária principal. Não deve o contribuinte ser onerado com exigências desnecessárias e impertinentes para o pagamento do imposto.... Não há pertinência entre o cumprimento da obrigação tributária principal, no que tange à apuração e o pagamento do imposto, no que diz respeito à exclusão das áreas em tela e a exigência de Ato Declaratório Am-

biental, tendo em vista que a instituição dessas áreas especiais não é atribuição do IBAMA, incumbido do exercício fiscalizador, mas do Chefe do Poder Executivo, estadual ou federal."

Segundo a jurisprudência, portanto, a apresentação do ADA não pode ser condição para dedução da base de cálculo do Imposto Territorial Rural, relativamente às áreas de preservação permanente e/ou reserva legal. Trata-se de aplicação literal da Lei nº 9393/96, que não exige o reconhecimento prévio pelo Poder Público para que ocorra o recolhimento do ITR.

Desde que não se discuta a existência física da área, destaque, eventual autuação da Receita Federal é passível de impugnação, a fim de que consideradas as áreas declaradas, independentemente da intempestiva ou não apresentação do Ato Declaratório Ambiental.

Marcia Rodacoski

é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.
marcia_rodacoski@uol.com.br



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar • Cep 80010-010
Fone: 41 2169-7988 / Fax: 41 3323-2124
Curitiba/Paraná
faep@faep.com.br / www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Sebastião Olímpio Santaroza, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin,
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia,
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Francisco C. do Nascimento,
Luiz de Oliveira Netto, Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar • Cep 80010-010
Fone: 41 2106-0401 / Fax: 41 3323-1779
Curitiba/Paraná
senarpr@senarpr.org.br
www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP / Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC / Darci Piana - FECOMÉRCIO / Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal
Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP / Jairo Correa de Almeida - FETAEP / Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Superintendência
Ronei Volpi

Jornalista responsável: Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator); André Franco (redator)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-RCCS-08168/2007-018-09-00-7

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL DE JANDAIA DO SUL, SINDICATO RURAL DE MARILÂNDIA DO SUL, SINDICATO RURAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ e T. I.

RECORRIDOS: OS MESMOS

RELATOR: PAULO RICARDO POZZOLO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL Nº-TRT-PR-RCCS-08168-2007-018-09-00-7**, procedentes da **1ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA**, em que figuram como Recorrentes **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL DE JANDAIA DO SUL, SINDICATO RURAL DE MARILÂNDIA DO SUL, SINDICATO RURAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ e T. I.** e como Recorridos **OS MESMOS**.

I - RELATÓRIO

Inconformadas com a r. sentença de fls. 296/300, proferida pelo Excelentíssimo Juiz Ronaldo Piazzalunga, que acolheu em parte os pedidos, complementada pela decisão resolutiva de embargos de declaração de fls. 317/318, recorrem as partes a este Tribunal.

Os Autores, nas razões de fls. 302/307, pretendem acrescentar à condenação o pagamento da multa do artigo 600 da CLT.

A Ré, por sua vez, alega nulidade processual por negativa de prestação jurisdicional e ilegitimidade ativa *ad causam*, postulando a reforma da r. sentença com base na ausência de lançamento tributário, necessidade da cobrança da dívida por meio de execução fiscal e invalidade da contribuição sindical rural.

Admitidos os recursos (fls. 315 e 355), foram apresentadas contra-razões pelos Autores às fls. 358/367 e pela Ré às fls. 369/376.

Não houve remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho porque os interesses em causa não justificam a sua intervenção nesta oportunidade.

É, em síntese, o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Atendidos os pressupostos legais - adequação, tempestividade, legitimidade, interesse e regularidade da representação processual (fls. 17, 18, 22, 25 e 28) -, conhece-se do recurso dos Autores, bem como das respectivas contra-razões, também regular e oportunamente apresentadas.

Não se conhece, porém, do recurso da Ré, por deserto.

Com efeito, a Ré foi condenada ao pagamento de custas processuais de R\$ 200,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R\$ 10.000,00 (fl. 300), mas não efetivou o recolhimento do depósito recursal sob o argumento de que a lide não versa sobre relação de emprego, hipótese que justificaria a prévia garantia do juízo de execução de parcelas de cunho alimentar. Sustentou, ainda, que o depósito recursal deve ser feito em conta vinculada do FGTS do empregado, o que já demonstra o seu descabimento no caso vertente.

No entanto, sua argumentação não procede. A Instrução Normativa nº 27, editada pelo C. TST, estabelece em seu artigo 2º, parágrafo único, o seguinte:

"O depósito recursal a que se refere o art. 899 da CLT é sempre exigível como requisito extrínseco do recurso, quando houver condenação em pecúnia" - grifou-se.

Segue-se, portanto, que nas ações decorrentes da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004, como no presente caso, é necessário a efetivação do depósito recursal, o qual representa garantia do Juízo nos casos de decisão condenatória ou executória de obrigação de pagamento em pecúnia, confor-

me item I da Instrução Normativa nº 3 do C. TST.

Considerando que a Ré foi condenada ao pagamento das contribuições sindicais vindicadas pelos Autores, a admissibilidade do seu recurso ordinário tem por pressuposto o depósito prévio de que trata o artigo 899, parágrafo 1º, da CLT.

É irrelevante que, no caso, não se trate de ação entre empregado e empregador ou que os Autores não possuam conta vinculada para a efetivação do depósito. A necessidade de garantia de futura execução do valor da condenação exige que se supere a literalidade do parágrafo 4º do artigo 899 da CLT.

A matéria já foi objeto de apreciação pelo C. TST (TST-AIRR 765.873/2001 - Ac. 3ª Turma - Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi - DJU 28/4/2006), cujo excerto do acórdão é o seguinte:

"(...) Em primeiro lugar, ao contrário do que afirma a Agravante, os dissídios individuais a que se refere o artigo 899, § 1º, da CLT não se restringem aos dissídios oriundos das relações descritas no artigo 643 do diploma consolidado. Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, a competência da Justiça do Trabalho foi ampliada, passando a abranger, entre outras, a relativa a ações entre sindicatos e empregadores hipótese em que se enquadra a presente ação, proposta por sindicato patronal contra empresa, conforme estabelecido no artigo 114, inciso III, da Carta Magna. Às ações abrangidas pela nova competência da Justiça do Trabalho devem ser aplicadas as regras do processo do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, e não as regras do Código de Processo Civil. Tal entendimento decorre do disposto no artigo 763 da CLT, que estabelece: o processo da Justiça do Trabalho, no que concerne aos dissídios individuais e coletivos e à aplicação de penalidades, reger-se-á em todo o território nacional, pelas normas estabelecidas neste Título. Assim, em observância ao citado dispositivo consolidado, há de se aplicar, inclusive, as regras relativas ao depósito recursal, previstas no artigo 899 da CLT.

Acerca do tema, doutrina ESTÊVÃO MALLETT: Aplicam-se às novas ações de competência da Justiça do Trabalho as regras gerais do processo do trabalho que sejam compatíveis com essas ações, inclusive quanto a requisitos da petição inicial (CLT, art. 840, § 1º), efeitos da ausência das partes à audiência (art. 844, caput), custas (art. 789) e

depósito recursal (art. 899). Há que superar a literalidade do § 4º do art. 899 da CLT, no que toca à referência a empregado, para entender que o depósito é exigível sempre que proferida decisão condenatória, envolvendo pagamento de valores. Não são incomuns, na verdade, as vezes em que a CLT refere-se a empregado quando tem em vista conceito mais amplo, como nos arts. 839, alínea a, 843, § 2º etc. (Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Ed. Especial sobre a Competência Material da Justiça do Trabalho EC nº 45/2004, v. 21, nº 1, jan./abr. 2005, p. 213).

Desse modo, havendo condenação a pagamento em pecúnia, em ação de cumprimento proposta por sindicato patronal contra empresa, com vistas à cobrança de contribuição prevista em instrumento coletivo, como ocorre in casu, é exigível o depósito recursal. Nesse sentido, registre-se o seguinte precedente: AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. DEPÓSITO RECURSAL. EXIGIBILIDADE. A finalidade do depósito recursal é a garantia do juízo. Havendo, na hipótese, condenação em pecúnia, imprescindível o recolhimento de depósito recursal e das custas processuais. Agravo não provido. (TST-AIRR-33.974/2002-900-02-00.2, 1ª Turma, Rel. Min. Lélío Bentes Corrêa, DJ de 8.10.2004.)

Portanto, mostra-se correto o entendimento do Eg. Tribunal de origem, visto que a ausência do depósito recursal, cujo recolhimento é devido na presente hipótese, enseja o não-conhecimento do Recurso Ordinário, bem como do Recurso de Revista, por deserção.

Ante o exposto, nego provimento ao Agravo de Instrumento".

Posto isso, estando ausente um dos pressupostos legais de admissibilidade, não se conhece do recurso ordinário da Ré, por deserto.

MÉRITO

RECURSO DOS AUTORES

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - MULTA PELO ATRASO NO RECOLHIMENTO - O Juízo de primeiro grau entendeu que no cálculo das contribuições sindicais rurais devidas não pode ser incluído o valor da multa no percentual previsto no artigo 600 da CLT porque sua aplicação estava autorizada pelo artigo 9º do Decreto-Lei n.º 1.166/1997, preceito este

que acabou sendo tacitamente revogado pela Lei n.º 8.022/1990, que passou a regular a matéria. Em decorrência, julgou que os valores apurados deverão ser acrescidos de multa de 20%, consoante o disposto no artigo 2º deste diploma legal.

Atacando os fundamentos da r. sentença, os Autores sustentam ser devida a multa moratória, nos termos estabelecidos no artigo 600 da CLT, na medida em que esta norma "mantém-se hígida, porquanto não modificada ou alterada" (fl. 305), trazendo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em abono de sua tese jurídica.

Com a devida vênia do entendimento adotado pelo Juízo *a quo*, o artigo 600 da CLT não foi revogado tácita ou expressamente pela Lei n.º 8.022/1990, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, tampouco pelas leis subseqüentes que trataram deste mesmo tema, pois as leis novas não regularam inteiramente a matéria relativa ao recolhimento de contribuição sindical, disciplinado pelo artigo celetário. Aplica-se, pois, à hipótese, o disposto no § 2º do artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), segundo o qual não se cogita de revogação quando a lei nova, que estabelece normas gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.

Considerando que a CLT possui disposição específica sobre o tema, não revogada, aplica-se, no caso, o mencionado artigo 600. Ademais, o próprio artigo 9º do Decreto-Lei 1.166/71 dispõe expressamente que "Aplicam-se aos infratores deste Decreto-Lei as penalidades previstas nos artigos 598 e 600, da Consolidação das Leis do Trabalho". A esse respeito, assim já decidiu esta E. Turma, conforme ementa a seguir:

"CONTRIBUIÇÃO SINDICAL-RURAL. DECRETO-LEI N.º 1.166, de 15-04-71, e Art. 600 da CLT. Mesmo sob a égide da Constituição de 1988, a contribuição sindical rural rege-se ainda pelo Decreto-Lei n.º 1.166, de 15-04-1971, especificamente no que concerne ao enquadramento sindical e base de cálculo da contribuição patronal (que, em relação aos produtores, é o valor da terra nua). O artigo 9º do diploma citado determina a aplicação, aos infratores, das penalidades previstas nos artigos 598 e 600, da CLT. A legislação posterior, pertinente à matéria (Leis 8.383-91, 8.847-94 e 9.393-96)- não revogou expressamente o D.L. 1.166-71, nem gerou qualquer incom-

patibilidade com este. Assim, entende esta Turma que o art. 600 da CLT NÃO restou revogado.

Neste sentido já decidiu o C. STJ (RE 678.533-PR-2004-0082293-2, Relatora Ministra Denise Arruda). Recurso dos autores a que se dá parcial provimento" (TRT-PR-79002-2005-071-09-00-2 ACO-34512-2006 - 3ª T. Relatora Juíza Fátima Terezinha Loro Ledra Machado. DJPR 1.12.2006).

Não obstante, de acordo com o entendimento desta Turma, a multa em questão deve ser deferida observando-se o limite estabelecido no artigo 412 do atual Código Civil (CC/2002), aplicado por analogia, segundo o qual "O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal". O mencionado dispositivo legal é plenamente aplicável na Justiça do Trabalho, conforme diretriz sufragada na Orientação Jurisprudencial n.º 54 da SBDI-1 do C. TST.

Diante do exposto, impõe-se a reforma da r. sentença para autorizar a cobrança da multa na forma prevista no artigo 600 da CLT sobre as contribuições sindicais recolhidas em atraso, observada a limitação do artigo 412 do CC/2002.

Provê-se o recurso, nesses termos.

III - CONCLUSÃO

ACORDAM os Desembargadores da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **EM NÃO CONHECER DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DA RÉ**, por deserto; **EM CONHECER DO RECURSO DOS AUTORES**, bem assim das respectivas contrarrazões; no mérito, por igual votação, **EM DAR-LHE PROVIMENTO EM PARTE** para, nos termos da fundamentação, autorizar a cobrança da multa prevista no artigo 600 da CLT sobre as contribuições sindicais recolhidas em atraso, observada a limitação do artigo 412 do CC/2002.

Custas inalteradas.

Intimem-se.

Curitiba, 20 de agosto de 2008

PAULO RICARDO POZZOLO
Relator

CENTRO DE TREINAMENTO AGROPECUÁRIO - IBIPORÃ
CURSOS - NOVEMBRO/2008

NOME DO CURSO	PERÍODO
PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS - CONSERVAS VEGETAIS, COMPOTAS, FRUTOS CRISTALIZADOS E DESIDRATADOS - BÁSICO EM CONSERVAS Objetivo do Curso: Preparar conservas vegetais, compotas, frutos cristalizados e desidratados, de forma caseira.	03 a 05/11/2008 24 h - 3 dias
TRABALHADOR NA TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM EMBUTIDOS E DEFUMADOS - EMBUTIDOS E DEFUMADOS Objetivo do Curso: Desenvolver os processos de transformação de carnes suínas em embutidos e defumados de forma caseira.	10 a 14/11/2008 40 h - 5 dias
TRABALHADOR NA FLORICULTURA - BÁSICO EM FLORICULTURA Objetivo do Curso: Desenvolver a atividade de produção de flores e outras plantas ornamentais.	12 a 14/11/2008 24 h - 3 dias
ARTESANATO DE MADEIRA - ARTESANATO EM BAMBU Objetivo do Curso: Desenvolver habilidades para confecção de objetos artesanais com a matéria-prima "bambu".	19 e 20/11/2008 16 h - 2 dias
TRABALHADOR EM REFLORESTAMENTO(MATAS HOMOGÊNEAS) - CULTIVO DE PINUS Objetivo do Curso: Desenvolver cultivo de pinus, com técnicas adequadas, visando otimizar a produção.	20 e 21/11/2008 16 h - 2 dias
TRABALHADOR NA BOVINOCULTURA DE LEITE - MANEJO DE BOVINO DE LEITE Objetivo do Curso: Realizar corretamente o manejo da criação de bovinos de leite.	24 a 26/11/2008 24 h - 3 dias
TRABALHADOR NA FLORICULTURA-AVANÇADO EM FLORICULTURA Objetivo do Curso: Implantar a atividade de produção, propagação e comercialização de flores e outras plantas ornamentais.	27 a 28/11/2008 16 h - 2 dias

Observações: Os cursos são gratuitos, com número de vagas limitado. • Para participar é necessário ter mais de 18 anos. • Alguns cursos exigem pré-requisitos de idade, saúde, escolaridade ou aprovação em cursos anteriores. Consulte a descrição completa do curso antes para evitar problemas. • Os cursos destinam-se SOMENTE para trabalhadores rurais, produtores rurais e suas famílias (esposa e filhos ou filhas). • É necessário comprovar o vínculo com a atividade rural, apresentando a cópia do último Imposto Territorial Rural (ITR) para o produtor e a carteira de trabalho para o trabalhador rural (empregado). • Para fazer a inscrição, procure o Sindicato Patronal Rural de seu município munido dos documentos acima exigidos e do RG ou CPF. • Para maiores informações, entre em contato com a administração do C.T.A. **Responsável:** José Ivo da Silva – Administrador - **Secretária:** Alex Sandra dos Santos
Telefone: (43) 3258-2533/3258-4430 - Celular: (43) 9601-3336 - Endereço: Caixa Postal 1280
CEP: 86200-000 - Ibiporã - PR - E-mail: ctaibi@senarpr.org.br - **Visitem e conheçam o Site: www.senarpr.org.br**

Curso de Operação de Tratores em Jandaia do Sul

Nos dias 6 e 7 de outubro, o Sindicato Rural de Jandaia do Sul promoveu o curso Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas, em parceria com o SENAR-PR. Ministrado pelo instrutor que presta serviços ao SENAR-PR, Cláudio Zunta, o curso teve 11 alunos e aconteceu na propriedade Fazenda São Paulo.



Agrinho 2008

Banca encerra avaliação de desenhos e redações

No dia 21 de outubro, a banca de especialistas em educação, que avalia os trabalhos do Concurso Agrinho 2008, encerrou a avaliação dos desenhos e redações de estudantes das redes pública e privada de ensino, que participam da seleção. Foram avaliados desenhos de alunos da educação infantil e especial, além de redações de estudantes de 1ª a 8ª séries. Os resultados serão divulgados no dia 03 de novembro. Ao todo, participam cerca de sete mil trabalhos nas categorias Desenho, Redação, Experiência Pedagógica, Escola Agrinho e Município do Agrinho.

A pós-doutora em Ciências, Tânia Stoltz, que atua no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), participou da avaliação. Para ela, a questão humana está muito presente nos trabalhos. "Existe uma interdependência entre



a Natureza e o ser humano. Como a reflexão em torno das consequências geradas pelos nossos atos", disse. Stoltz elogiou a iniciativa do SENAR-PR em realizar o Concurso. "É muito interessante para a reflexão dos valores e atitudes no desenvolvimento do cidadão e melhoria da qualidade de vida. É o exercício da crítica já com crianças pequenas", disse.

A assessora de Comunicação Social do INSS, Cleuza Pozzetti Siba, afirmou que o Concurso colabora para que as crianças não sejam apenas agentes passivos. "O projeto faz com que as pessoas se tornem agentes de seus destinos. É uma oportunidade para elas se manifestarem", disse. Para Siba, as crianças têm condição de transformar os adultos. Ainda sobre a importância do Concurso, ela disse que a iniciativa é uma forma de politizar as



Stoltz destaca o exercício da crítica já em crianças



Para Siba, as crianças podem transformar os adultos.

crianças. "O projeto é muito importante. Depende do que está sendo plantado agora, para colher no futuro. A gente vê o trabalho que as professoras vêm fazendo, despertando o interesse das crianças pelo meio ambiente e outros temas", concluiu. ■

Jovens levam alegria para crianças por meio da solidariedade

Crianças fazem a festa na creche

No dia 13 de outubro, as duas turmas do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) de Figueira realizaram uma ação de solidariedade e cidadania "Um dia mais feliz" para as crianças da Creche Municipal e Escola Dom Pedro Felipak. Foram arrecadados, junto ao comércio local, balas, pirulitos e doces, que foram entregues às crianças da creche em comemoração ao Dia das Crianças. Também foram arrecadados brinquedos, que foram distribuídos às crianças da escola.

Durante as brincadeiras com as crianças, o estudante José Eduardo Fogaça Gonçalves, destacou o envolvimento do grupo na atividade. "Foi intenso. Desde a arrecadação dos doces, a confecção dos saquinhos e a preparação das brincadeiras. A emoção tomou conta da turma que teve todo o cuidado para preparar tudo. Tenho certeza que fi-

zemos um dia mais feliz para as crianças", disse.

Além da distribuição de 120 brinquedos na escola, que foram arrecadados junto a vizinhos, amigos e parentes, os jovens apresentaram uma peça de teatro de fantoche sobre o manejo correto do solo. A estudante Natanea Aparecida Alves destacou a emoção de participar da atividade.

"Não têm explicação a maneira como as crianças riam na hora do teatro com fantoches e, principalmente, a felicidade que elas sentiram na hora em que viram os sacos dos presentes. Apesar dos brinquedos terem sido simples, eu não imaginava como seria a reação que elas teriam. Tudo isso acabou sendo uma lição de vida para cada um de nós", afirmou.

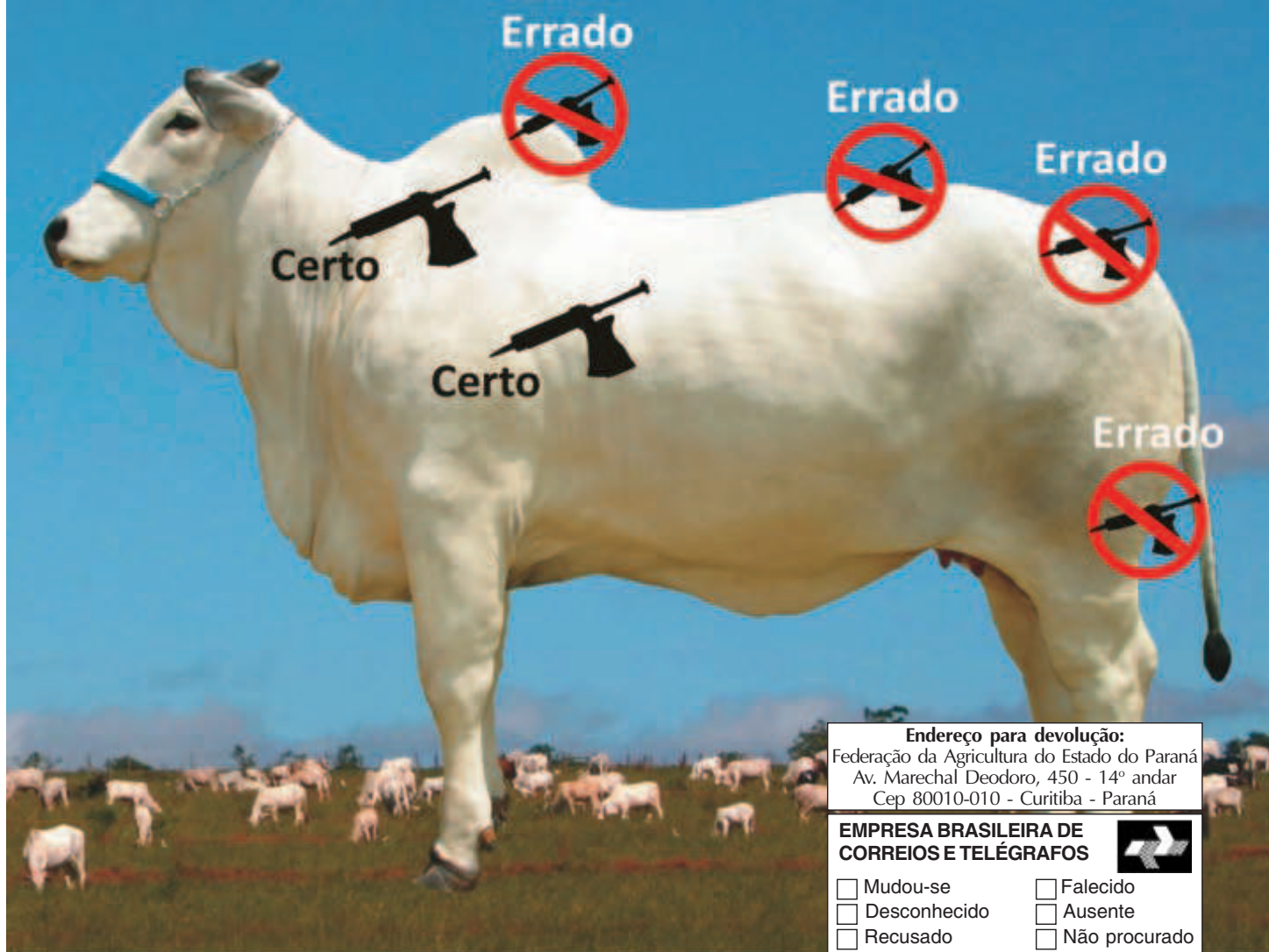
Para a instrutora que presta serviços ao SENAR-PR, Ana Regina Jaremtchuk, a atividade nas duas instituições foi muito gratificante. "Principalmente, pelo fato de se preocupar com o próximo e contribuir para a formação de jovens mais solidários. Os alunos se dedicaram e se empenharam, ao máximo, para fazer "Um dia mais feliz" para as crianças", concluiu.

O JAA de Figueira é realizado por meio da parceria entre o Sindicato Rural de Curiúva, Casa Familiar Rural e Prefeitura Municipal. ■

Alunos mostram brinquedos arrecadados e doados por jovens do JAA



NÃO PERMITA O RETORNO DA FEBRE AFTOSA DE 1 A 20 DE NOVEMBRO VACINE DA FORMA CORRETA !



Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- | | |
|---------------------------------------|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |

- | |
|---|
| ☐ Endereço insuficiente |
| ☐ Não existe o nº indicado |

- ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em __/__/__

Em __/__/__

Responsável

SISTEMA FAEP



Informações:
www.seab.pr.gov.br